



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quinta-feira

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, nesta quarta-feira (5/11), o anteprojeto que atualiza o Código Penal Brasileiro. Entre as mudanças propostas pelo relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), está a tipificação como homicídio qualificado o cometido por motivação de qualquer tipo de preconceito, como cor, etnia, orientação sexual e identidade de gênero. A proposta segue agora para Mesa da Casa a fim de ser numerado e iniciar a tramitação. Segundo a proposta, que precisará ser aprovada pela Câmara e pelo Senado e depois sancionada para virar lei, a pena para peculato — crime cometido por funcionário público — passará de dois a 12 anos de reclusão e multa, para três a 12 anos e multa. As informações são da **Agência Brasil**.

Organizações criminosas

Também foi aprovado no plenário da Câmara o projeto de lei que tipifica as organizações criminosas e aumenta a pena para seus integrantes. A proposta é uma reação ao fortalecimento de grupos, como o Primeiro Comando da Capital (PCC). Pelo novo texto, integrantes de organizações criminosas, com níveis hierárquicos e distribuição de tarefas como em uma empresa, terão pena acrescida de três a oito anos. A punição soma-se à prevista para o crime principal. O texto, que ainda precisa ser votado no Senado, também ataca o envolvimento de servidores públicos no crime organizado, aumentando a pena de um sexto a dois terços para os agentes públicos. As informações são da **Agência Estado**.

Aumento para ministros

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que reajusta os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República de R\$ 26.723,13 para R\$ 28.059,29, a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Em janeiro de 2014, os vencimentos passarão para R\$ 29.462,25 e, em 2015, para R\$ 30.935,36. O projeto ainda precisa passar pelo Senado. Teto do funcionalismo público, o reajuste dado aos ministros do STF provoca o chamado efeito cascata, aumentando automaticamente os subsídios dos ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, que recebem 95% do subsídio dos ministros do Supremo. As informações são da **Agência Brasil**.

PEC das domésticas

Também foi aprovado, em segundo turno, na Câmara por 347 votos a favor, dois contra e duas abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos (PEC 478/10). A proposta prevê, por exemplo, direito de jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de hora extra e adicional noturno. O texto agora segue para o Senado, onde também terá de ser votada em dois turnos. Se aprovado sem modificações, será promulgado pelo Congresso Nacional. Se alterado, voltará para nova votação na Câmara. As informações são do **G1**.

Crimes relacionados a pedofilia

Outro projeto aprovado pelo Plenário da Câmara é Projeto de Lei 5658/09, do Senado, que amplia a tipificação do crime de exploração sexual de criança ou adolescente e torna hediondos outros crimes



relacionados à pedofilia. Devido às mudanças feitas pela Câmara, a matéria retorna ao Senado. O projeto considera crime o aliciamento, o agenciamento, a atração ou a indução de criança ou adolescente à prática de exploração sexual. Atualmente, o crime é definido apenas como submeter pessoas dessas idades à prostituição ou à exploração sexual. As informações são da **Agência Câmara**.

Crise no Egito

A crise política no Egito atingiu a cúpula do governo do presidente egípcio, Mouhamed Mursi. Três assessores do presidente renunciaram aos cargos após mais de uma semana de protestos contra Mursi. No começo do dia desta quinta-feira (6/12), manifestantes contrários ao governo incendiaram escritórios de aliados do governo, nas cidades de Ismailia e Suez. Na quarta-feira (5/12), houve intensas manifestantes em frente ao palácio do governo. Os manifestantes reagem ao decreto, editado por Mursi, que lhe concede amplos poderes e reduz a força do Judiciário e do Legislativo. As informações são da **Agência Brasil**.

OPINIÃO

Salvando a presidente

Em editorial intitulado Conto da carochinha, o jornal **O Estado de S. Paulo** afirma que “o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, não foi terça-feira à Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados para fazer justiça aos fatos de que se viu obrigado a tratar em depoimento que se arrastou por cerca de oito horas – as evidências de corrupção no governo reveladas pela Operação Porto Seguro da Polícia Federal. Foi para salvar a face da presidente Dilma Rousseff, alvejada por mais um escândalo na sua administração, semeado, também este, pelo seu antecessor e padrinho Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o noticiário, a chefe gostou do desempenho do ministro. Só se foi porque ele cumpriu sem corar o papel que lhe cabia. Já se a avaliação se pautar pelo respeito do depoente pelas verdades trazidas à luz, o resultado foi deplorável”.

Autores: Redação ConJur